



HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
C.N.P.J. 22.626.820/0001-26
www.business.hsbc.com.br

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras do HSBC Brasil Holding S.A. ("Holding") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Patrimônio líquido e resultado

O patrimônio líquido no final do exercício alcançou o montante de R\$ 1.031.713 mil. As ações da Holding alcançaram o valor patrimonial de R\$ 0,703 por ação. O resultado do exercício foi de R\$ 31.784 mil, o que gerou um lucro líquido de R\$ 0,022 por ação.

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 946.510 mil, representado por 1.467.866.900 ações.

Gestão de riscos

Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos. Nossa estrutura de gerenciamento de risco garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado com nosso apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

- gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;
- posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;
- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;
- práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumprem a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios; tolerância zero para conduta imprópria por parte dos funcionários.

Gestão Integrada de Riscos

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e têm como objetivos suportar uma cultura forte de risco em toda a organização, assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva, permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos e assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e os níveis pré-estabelecidos em sua declaração de apetite a riscos.

Essa abordagem está de acordo com a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital consulte o site: www.business.hsbc.com.br.

Cultura de Risco

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia tudo o que fazemos.

Papéis e Responsabilidades

O HSBC Brasil possui uma área de gerenciamento de riscos independente das áreas de negócio, mas todo funcionário do Grupo é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa e este é aplicável a todos os tipos de risco. As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira Linha é a proprietária dos riscos e responsável por identificar, registrar, reportar e gerir os riscos no dia-a-dia, assegurando que as análises e controles para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;
- A Segunda Linha determina as políticas, supervisiona e desafia as atividades e os relatórios da Primeira Linha para garantir que eles tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido;
- A Terceira Linha é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo HSBC, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; e
- Garantir que nós sempre aplicamos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo constantemente revisitados com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e assegurar o cumprimento das sanções e o combate ao suborno e à corrupção.

Risco de Mercado

O objetivo da administração de risco de mercado do HSBC Brasil é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de risco consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado conformidade as políticas definidas pelo HSBC, além de monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites pré-estabelecidos. A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados pela área de Tesouraria.

O HSBC Brasil utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, VAR e testes de estresse.

Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do Risco de Crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento.

De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de negócios.

Risco Operacional e demais Riscos Não-Financeiros

A gestão de risco operacional e demais riscos não-financeiros é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais e demais riscos não-financeiros está em conformidade com o ambiente regulatório local e externo, através das políticas e governança definida e implementada pelo Grupo HSBC.

Além das categorias descritas acima, o HSBC no Brasil atua proativamente no gerenciamento do Risco Socioambiental levando em consideração as diversas modalidades de riscos a que está exposto, a exemplo de riscos de mercado, crédito, operações e reputação.

Gerenciamento de capital

De acordo com a Resolução CMN 4.557/17 e atualizações posteriores, o processo de gerenciamento de capital define-se como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A abordagem de gerenciamento de capital do HSBC Brasil é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

Controles Internos e Compliance

O HSBC Brasil conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atentem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.968, de 25 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral, como por exemplo a Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, do CMN, que dispõe sobre a política de conformidade (*compliance*).

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de julho de 2012 e Lei 13.260 de 16 de março de 2016), bem como às normas complementares estabelecidas pelo COAF, CVM e Bacen, incluindo a Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 e a Circular nº 3.978 de 23 de janeiro de 2020 (Alterada pela Resolução 119/2021 do BACEN). Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Executivo (*Officer*) de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)

Em dezembro de 2012, o HSBC Holding plc ('HSBC Holdings') celebrou diversos acordos incluindo um termo de responsabilidade com o UK Financial Services Authority (substituída por uma diretiva emitida pela UK Financial Conduct Authority ('FCA') em 2013 e novamente em 2020) e também acatou uma ordem de cessação do Conselho do Banco Central Americano (Federal Reserve Board - 'FRB'), sendo que ambos os acordos continham certas obrigações futuras relacionadas a lavagem de dinheiro e sanções. O HSBC também concordou com a manutenção de um monitor de *compliance* independente (que era, para fins do FCA, uma 'pessoa qualificada' de acordo com a seção 166 do Financial Services and Markets Act e, para fins do FRB, um 'consultor independente') para elaborar avaliações periódicas do programa de *compliance* de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo. A pessoa qualificada concluiu seu envolvimento no segundo trimestre de 2021, e a FCA determinou que não é necessário mais o trabalho de uma pessoa qualificada. Separadamente, o Consultor Independente continua a trabalhar de acordo com a ordem de cessação e desistência da FRB.

Em dezembro de 2021, a FCA concluiu sua investigação sobre a conformidade do HSBC com os regulamentos de lavagem de dinheiro do Reino Unido, os sistemas de crimes financeiros e os requisitos de controle. A FCA impôs uma multa ao HSBC Bank plc, que foi paga.

Desde novembro de 2014, uma série de ações judiciais foram movidas em tribunais federais nos EUA contra várias empresas do HSBC e outras em nome de demandantes que são ou estão relacionados a vítimas de ataques terroristas no Oriente Médio. Em cada caso, alega-se que os réus ajudaram e incitaram a conduta ilegal de várias partes sancionadas em violação da Lei Antiterrorista dos EUA. Atualmente, nove ações permanecem pendentes em tribunais federais em Nova York ou no Distrito de Columbia. Os tribunais concederam as moções do HSBC para demitir em cinco desses casos, em dois processos permanecem pendentes recursos, e os três indeferimentos restantes também são passíveis de recurso. As quatro ações restantes estão em fase inicial.

Existem diversos fatores que podem afetar a extensão dos resultados e o impacto financeiro decorrente dessas matérias, o qual pode ser significativo.

Investigações e litígios relacionados a câmbio

Vários reguladores ao redor do mundo estão conduzindo investigações e revisões cíveis e criminais em operações de câmbio realizadas pelo HSBC e por outras instituições. O HSBC vem cooperando com essas investigações e revisões.

Em janeiro de 2018, após a conclusão da investigação do Departamento de Justiça dos EUA ('DOJ') sobre as atividades históricas de câmbio do HSBC, o HSBC Holdings celebrou um acordo de acusação diferido de três anos com a Divisão Criminal do DOJ (o 'FX DPA'), em relação à conduta fraudulenta em relação a duas transações específicas em 2010 e 2011. Em janeiro de 2021, o FX DPA expirou e, em agosto de 2021, as cobranças diferidas pelo FX DPA foram extintas.

Agradecimentos

A Administração agradece a seus clientes e colaboradores pelo apoio e colaboração demonstrada durante o período.

São Paulo, 28 de março de 2022.

A Diretoria

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>



HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo

C.N.P.J. 22.626.820/0001-26

www.business.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	HSBC Holding		Passivo	Nota	HSBC Holding	
		2021	2020			2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	11.a	4.112	1.654	Outras obrigações	5	4.732	1.435
Outros créditos	5	1.539	1.195				
Total do ativo circulante		5.651	2.849	Total do passivo circulante		4.732	1.435
Não circulante				Patrimônio líquido			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados abrangentes	4	10.534	13.028	Capital social	8	946.510	946.510
				Reserva de lucros	8	141.847	159.666
				Outros resultados abrangentes		(56.644)	30.461
Investimentos				Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.031.713	1.136.637
Participação em controlada	6	1.020.260	1.122.195				
Total do ativo não circulante		1.030.794	1.135.223	Total de patrimônio líquido		1.031.713	1.136.637
Total de ativos		1.036.445	1.138.072	Total de passivos e patrimônio líquido		1.036.445	1.138.072

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Atribuível aos controladores				Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	
Saldos em 1º de janeiro de 2020		946.510	109.747	-	34.092	1.090.349
Resultado do exercício		-	-	63.985	-	63.985
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(3.631)	(3.631)
Resultado abrangente do período		-	-	63.985	(3.631)	60.354
Reserva legal	8	-	3.199	(3.199)	-	-
Reserva estatutária	8	-	60.786	(60.786)	-	-
Juros sobre capital próprio	8	-	(14.066)	-	-	(14.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		946.510	159.666	-	30.461	1.136.637
Saldos em 1º de janeiro de 2021		946.510	159.666	-	30.461	1.136.637
Resultado do exercício		-	-	31.784	-	31.784
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(87.105)	(87.105)
Resultado abrangente do período		-	-	31.784	(87.105)	(55.321)
Reserva legal	8	-	1.589	(1.589)	-	-
Reserva estatutária	8	-	30.195	(30.195)	-	-
Juros sobre capital próprio	8	-	(46.363)	-	-	(46.363)
Dividendos	8	-	(3.240)	-	-	(3.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		946.510	141.847	-	(56.644)	1.031.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O HSBC Brasil Holding S.A. ("Holding") é uma subsidiária direta da HSBC Latin America Holdings (UK) Limited e indireta da HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido.

Em 28 de setembro de 2015, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi adquirida a companhia M.A.K.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (que iniciou suas atividades em 22 de abril de 2015) pela acionista HSBC Latin America Holding (UK) Limited, e teve alterada sua denominação social para HSBC Brasil Holding S.A. A Holding tem como objeto social a participação, sob qualquer forma, em instituições financeiras. Sua controlada, o Banco HSBC S.A. ("Banco", "HSBC" ou "HSBC no Brasil") antes banco de investimento e em 28 de abril de 2020 foi autorizada a operar sob a forma de banco múltiplo, nas carteiras comerciais, de investimentos, de crédito, financiamento, de câmbio, administração de carteira de títulos e valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais elaboradas estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* que estão alinhadas aos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da Holding foram aprovadas pela Diretoria em 22 de março de 2022.

3. Resumo das políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Holding e controlada é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

c. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provisão para perdas de crédito esperadas, e as provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Holding e controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor.

No escopo do CPC 48, os depósitos à vista mantidos em outras instituições financeiras são mensurados ao custo amortizado por se tratarem de instrumentos financeiros nos quais a Administração tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa contratuais e que possuem termos contratuais que dão origem a fluxos de caixa que são unicamente pagamentos de principal e juros.

e. Títulos e valores mobiliários

Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - com a adoção do CPC 48 a partir de janeiro de 2018, esses instrumentos passaram a ser avaliados pelo seu valor justo, em contrapartida a outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. As receitas de juros, perdas de créditos e ganhos e perdas com variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

f. Provisão para perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são reconhecidas para instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial, uma provisão é reconhecida para perdas de crédito esperadas resultantes de possíveis eventos de inadimplência para os próximos 12 meses, ou menos, caso o prazo remanescente seja menor que 12 meses. No evento de um aumento significativo no risco de crédito, uma provisão para perdas esperadas é reconhecida como resultado de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Ativos financeiros onde a perda de crédito esperada de 12 meses é reconhecida são considerados como "Estágio 1"; ativos financeiros nos quais exista evidência objetiva de perdas de crédito são considerados inadimplentes.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>



HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo

C.N.P.J. 22.626.820/0001-26

www.business.hsbc.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

Aumento significativo no risco de crédito (estágio 2)

Uma avaliação de que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial é realizada em cada período de reporte ao considerar a mudança no risco de inadimplência ocorrendo sobre a vida remanescente do instrumento financeiro. A avaliação explicitamente ou implicitamente compara o risco de inadimplência ocorrendo na data de reporte comparado com o risco no reconhecimento inicial, levando em consideração informações razoáveis e suportáveis. A não ser que tenha sido identificado em um estágio inicial, considera-se que todos ativos financeiros tenham sofrido um aumento significativo no risco de crédito quando estiver com 30 dias de atraso.

Ativos inadimplentes (estágio 3)

O HSBC determina que um instrumento financeiro é inadimplente e alocado no estágio 3 ao considerar evidências objetivas relevantes, principalmente se:

- pagamentos contratuais de principal ou juros estão vencidos há mais de 90 dias;
- existem outros indicadores de que o pagamento do cliente seja incerto, tal como quando uma concessão tenha sido fornecida ao cliente por razões econômicas ou legais em relação à condição financeira do cliente; e
- o empréstimo de outra forma seria considerado inadimplente.

Se a incerteza de pagamento não é identificada em um estágio inicial, considera-se então que ocorra quando uma exposição está em atraso há 90 dias.

A receita de juros é reconhecida ao aplicar a taxa de juros efetiva ao saldo do custo amortizado, ou seja, valor contábil bruto menos provisão para perdas esperadas.

Mensuração das perdas esperadas

A avaliação de risco de crédito e a estimativa das perdas esperadas incorporam toda informação disponível que é relevante para a avaliação incluindo informação sobre eventos passados, condições correntes e projeções razoáveis. Adicionalmente, a estimativa da perda esperada deve levar em conta o valor do dinheiro no tempo.

Em geral, a Holding calcula a perda esperada utilizando três componentes principais: a probabilidade de inadimplência (PD - *probability of default*), uma perda dada a inadimplência (LGD - *loss-given default*) e a exposição na inadimplência (EAD - *exposure at default*).

A perda de crédito esperada para 12 meses é calculada pela multiplicação da PD de 12 meses com a LGD e EAD. A perda de crédito esperada permanente é calculada utilizando a PD permanente. A perda de crédito esperada para 12 meses e a permanente representam a probabilidade de inadimplência ocorrendo nos próximos 12 meses e o prazo remanescente do instrumento, respectivamente.

A EAD representa o saldo esperado na inadimplência, levando em consideração o pagamento do principal e juros da data do balanço até o evento de inadimplência junto com tomadas adicionais de linha comprometidas. O LGD representa perdas esperadas no EAD dado o evento de inadimplência, levando em consideração, dentre outros atributos, o efeito mitigador do valor das garantias no prazo em que esperam-se ser realizadas e o valor do dinheiro no tempo.

g. Outras operações ativas e passivas

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

h. Imposto de renda contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados nas rubricas "Outros créditos" e refletidos no resultado do período e/ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

Para esses ativos fiscais diferidos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

i. Investimento

O investimento em controlada é avaliado de acordo com o método de equivalência patrimonial.

j. Normas contábeis emitidas em 2021 e aplicáveis em períodos futuros

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou em 2021 a publicação de pronunciamentos técnicos, de orientação técnica e de revisões de pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações.

O pronunciamento nº 50 de Contratos de Seguro, documento elaborado a partir do *IFRS 17 - Insurance Contracts*, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo IASB.

O CPC 50 de Contratos de Seguro substitui o CPC 11 de Contratos de Seguro, a vigência deste pronunciamento será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

O pronunciamento técnico CPC LIQUIDAÇÃO, estabelece critérios e procedimentos contábeis específicos para entidade em liquidação. Este Pronunciamento entra em vigor a partir da determinação de cada órgão regulador.

A revisão nº 17 apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48. Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2". A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

A revisão nº 18 apresenta alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), referentes a Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. Este documento estabelece alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamento em decorrência de Benefícios que vão além de 30 de junho de 2021 relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. A vigência dessa alteração será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.

A revisão nº 19 apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020; Ativo Imobilizado - vendas antes do uso pretendido; Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; e Referências à Estrutura Conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

4. Ativos financeiros

Ativos financeiros ao valor justo através do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira de títulos e valores mobiliários da Holding está classificada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devido (a) ao seu enquadramento no modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e (b) os seus termos contratuais dos ativos financeiros dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Papel	HSBC Holding							
	2021					2020		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Efeito no patrimônio líquido	Valor justo	Efeito no patrimônio líquido	
Certificados de Depósitos Bancários	-	10.534	-	10.534	10.564	(30)	13.028	(31)
Total	-	10.534	-	10.534	10.564	(30)	13.028	(31)
Não circulante				10.534			13.028	

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

Provisão para perdas esperadas

O HSBC reconheceu os seguintes valores de perdas esperadas para os seus ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

	HSBC Holding			
	31 de Dezembro de 2021	Provisão para perdas esperadas	31 de Dezembro de 2020	Provisão para perdas esperadas
Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes	10.534	44	13.028	54

5. Outros créditos e outras obrigações

	HSBC Holding	
	2021	2020
Outros créditos		
Impostos e contribuições a compensar	1.514	1.166
Créditos tributários	25	29
Total	1.539	1.195

Circulante

Outras obrigações

Impostos e contribuições e recolher	4.729	1.434
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	3	1
Total	4.732	1.435

Circulante

6. Participação em controlada

	Banco HSBC S.A.	
	2021	2020
Ativo		
19.372.595	15.306.160	
Passivo		
18.379.080	14.202.442	

Posição das controladas

Capital social	919.248	919.248
Quantidade de ações possuídas:		
Ações ordinárias	882.859.318	882.859.318

Posição dos investimentos

Percentual de participação (%)	100%	100%
Resultado do exercício	36.248	65.282
Patrimônio líquido	1.020.260	1.122.195

Resultado de participações

	36.248	65.282
--	--------	--------

Saldo das participações

	1.020.260	1.122.195
--	-----------	-----------

7. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando disponível e aplicável, vigentes nas datas das operações.

Em 2021 e 2020 as transações com partes relacionadas foram integralmente contra o Banco HSBC S.A., consistido de:

	HSBC Holding			
	2021		2020	
	Maior saldo do período	Saldo em 31/12/2021	Maior saldo do período	Saldo em 31/12/2020
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4.105	4.105	1.219	1.219
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.534	10.534	13.028	13.028
Total	14.639	14.639	14.247	14.247
Receitas				
Resultado com títulos e valores mobiliários		438		59
Total		438		59

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Holding não possui despesa própria com seu pessoal-chave da Administração por utilizar a estrutura operacional do Banco HSBC S.A. na execução de suas atividades.

8. Capital social, reservas e dividendos

O capital social está representado por 1.467.866.900 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. O dividendo anual mínimo obrigatório, não cumulativo, é de 25% sobre o lucro líquido.

Do lucro líquido do exercício de 2021 no montante de R\$ 31.784 foram destinados R\$ 1.589 para Reserva Legal e o saldo remanescente de R\$ 30.195 para Reserva Estatutária.

A Reserva Estatutária visa à manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Holding.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada dia 18 de fevereiro de 2021, foi aprovada a distribuição e pagamento de R\$ 3.240 mil a título de dividendos à conta de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apurado em balanço levantado em tal data, e que serão computados no cálculo do dividendo obrigatório.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada dia 27 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição e pagamento de R\$ 46.363 mil a título de juros sobre capital próprio em razão de variação pro rata die da taxa de juros de longo prazo (TJLP) sobre as contas de patrimônio líquido da Companhia do ano-calendário de 2021, resultando em uma distribuição de 154% do lucro líquido ajustado no montante de R\$0,03 por ação, sendo o valor líquido imputado ao dividendo obrigatório.

9. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

a. Receitas (despesas) financeiras

	HSBC Holding	
	2021	2020
Receita com títulos e valores mobiliários	-	270
Receita com títulos e valores mobiliários - ligadas	438	59
Total	438	329

b. Despesas administrativas

	HSBC Holding	
	2021	2020
Despesas tributárias	(4.751)	(1.450)
Serviços técnicos especializados	(102)	(103)
Total	(4.853)	(1.553)

c. Outras receitas operacionais

	HSBC Holding	
	2021	2020
Atualização monetária de tributos federais	38	15
Total	38	15



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>



HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo

C.N.P.J. 22.626.820/0001-26

www.business.hsbc.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Encargos devidos sobre as operações do período

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as operações do período:

	HSBC Holding	
	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações)	31.881	64.022
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas na nota explicativa 3.h	(10.840)	(21.767)
Exclusões/(adições) permanentes	10.718	21.709
Participações em controlada	12.324	22.196
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	(17.370)	(5.270)
Juros sobre capital próprio pagos	15.764	4.783
Outros ajustes	25	21
Incentivos Fiscais e adicional de Imposto de Renda	25	21
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do período	(97)	(37)

b. Composição da conta de despesa com imposto de renda e contribuição social

	HSBC Holding	
	2021	2020
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(93)	(54)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(4)	17
Total	(97)	(37)

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldos em 31/12/2020	Constituição (realização) líquida	Saldos em 31/12/2021
Ajuste a valor de mercado de títulos ao valor justo através dos resultado abrangente	10	5	15
Provisão de perdas esperadas	19	(9)	10
Total dos créditos tributários ativos	29	(4)	25
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Ajuste a valor de mercado de títulos ao valor justo através do resultado abrangente	-	-	-
Total dos créditos tributários passivos	-	-	-
Créditos tributários líquidos	29	(4)	25

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Ano	2021			2020
	Diferenças Temporárias		Total	Total
	Imposto de Renda	Contribuição Social		
2021	-	-	-	29
2022	19	6	25	-
Total	19	6	25	29

e. Créditos tributários não ativados

O HSBC Brasil Holding S.A. não possuía créditos tributários não reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

11. Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por:

	HSBC Holding	
	2021	2020
Disponibilidades	4.112	1.654
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.112	1.654

A Diretoria		Contador	
Alexandre de Barros Cruz e Guião	Fábio Weizenmann	Maurício Trepiche	Tiago Ezao Pereira Bento
Fábio Aldrighi Caputo	Marcelo Fraga Soares	Rogério Mareuse Guimarães	Sergio Luiz Rose
			CRC PR-064247/O-3 "T" SP

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do HSBC Brasil foi formalmente constituído através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do Banco HSBC S.A. ("Banco"). As principais atribuições do Comitê são:

Contratação do auditor independente

Como parte de uma organização internacional, as empresas do Grupo HSBC no Brasil utilizam a empresa de auditoria independente definida pela matriz, em Londres ("Matriz"), que é a PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes ("PWC"). O Comitê de Auditoria certificou-se de que a PWC atende a todos os requerimentos legais e regulamentares locais para a prestação de serviços de auditoria independente.

Revisão prévia das demonstrações financeiras antes de sua publicação

As demonstrações financeiras do HSBC Brasil Holding S.A. foram devidamente revisadas pelo Comitê antes de suas publicações.

Avaliação da eficácia das auditorias

a) Auditoria interna

A Auditoria Interna do HSBC Brasil Holding S.A segue padrões e planejamento estabelecidos pela Matriz, dispo de especialistas em determinadas operações bancárias, tais como operações de tesouraria, *asset management* e outras. Para todas as áreas auditadas, são emitidos relatórios formais, os quais são discutidos com os executivos responsáveis pelas ações corretivas e são realizados acompanhamentos das recomendações. A equipe de auditoria do HSBC Brasil Holding S.A, em conjunto com os especialistas da Matriz, propicia um ambiente de controle conforme requerido pelo Grupo HSBC e pela regulamentação local.

Os membros do Comitê revisaram o resultado das auditorias realizadas e efetuaram o acompanhamento da implementação das recomendações dentro dos prazos estabelecidos, bem como de eventuais exceções. O Comitê de Auditoria se assegurou da eficácia desse controle da seguinte forma: 1) o resultado da auditoria é informado aos membros do Comitê e incluído no sistema do Departamento de Auditoria Interna; 2) a implementação das recomendações é acompanhada pela Auditoria Interna e as exceções reportadas ao Comitê Executivo; 3) o diretor responsável pela Auditoria Interna é entrevistado trimestralmente pelo Comitê Executivo e também, em reunião específica, pelo Comitê Regional e local de Auditoria, constituído nos termos da regulamentação local.

b) Auditoria externa

A eficácia dos trabalhos da PWC é assegurada pelo Comitê mediante a revisão dos seus relatórios de controles internos/ financeiros e entrevistas com os responsáveis pela condução da auditoria nas reuniões do Comitê, onde são acompanhados o desenvolvimento e conclusões dos trabalhos.

O Grupo HSBC definiu políticas e controles para acompanhar aspectos relacionados à independência dos auditores. Todas as recomendações dos auditores externos são de conhecimento da diretoria executiva e sua implementação devidamente acompanhada de forma a serem efetivamente regularizadas. Anualmente, o presidente do HSBC tem que certificar para a Matriz em Londres que todas as recomendações da auditoria externa estão sendo devidamente implementadas.

Correção e aprimoramento de políticas e práticas

Embora ciente de suas indelegáveis atribuições, o Comitê de Auditoria, dentro do processo de Governança Corporativa do Grupo HSBC, dispõe de diversos Comitês, através dos quais são definidas políticas e estratégias do Grupo. Seus resultados em geral são acompanhados, prioridades são estabelecidas, questões relevantes são escalonadas e ações corretivas definidas visando à tomada de medidas aplicáveis a cada caso.

Efetividade de controles internos

O Comitê se satisfaz da efetividade dos controles internos, assegurando o funcionamento do ambiente de controles implementado no HSBC Brasil Holding S.A, conforme descrito nos tópicos anteriores e também mediante a revisão dos controles efetuada por seus executivos, a qual foi objeto de revisão específica pelos auditores internos, isso incluiu a Auditoria da Estrutura de Governança de Risco onde não foram identificadas deficiências significativas que possam prejudicar a integridade geral do ambiente de controle. Adicionalmente, os executivos responsáveis pelas áreas de auditoria interna, auditoria externa, *compliance*, jurídico, crédito e finanças foram entrevistados pelo Comitê.

Conclusão geral

O Comitê de Auditoria certifica que as informações constantes desse relatório são verídicas e que o sistema de controles do HSBC Brasil Holding S.A é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 22 de março de 2022.

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas
HSBC Brasil Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do HSBC Brasil Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HSBC Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>